



NOTA DE APOIO

A Associação do Ministério Público do Estado da Bahia (AMPEB), entidade privada que congrega e legitimamente representa Promotores e Procuradores de Justiça da Bahia, ativos e aposentados, vem, a público, a propósito de recentes notícias veiculadas pela imprensa, externar seu apoio ao excepcional trabalho dos Promotores de Justiça envolvidos na Operação ADSUMUS, reafirmando o compromisso com o combate à corrupção:

O Ministério Público defende a ordem jurídica e os interesses coletivos e individuais indisponíveis, entre os quais o patrimônio público e a moralidade administrativa. No último ano, a Bahia assiste a um exemplar exercício desta atividade, com o desenrolar da Operação ADSUMUS, que a imprensa vem amplamente divulgando.

Coordenando esforços que incorporam também o Departamento de Polícia Técnica, a Polícia Federal e órgãos de controle e investigação, o Ministério Público do Estado da Bahia, através dos seus Promotores de Justiça em Santo Amaro e Muritiba (BA), desvendou e vem levando com sucesso ao Poder Judiciário poderoso esquema de corrupção descoberto na Bahia.

A operação ADSUMUS, que conta com apoio do GAECO, tem atuado de forma técnica e conforme princípios republicanos, avançando sempre para elucidar os fatos e responsabilizar os envolvidos em atos ilícitos, ainda que em contrariedade a interesses poderosos, realizando verdadeira quebra de paradigmas em nosso Estado.

Para o sucesso da ADSUMUS, ocorreram seis fases ostensivas, nas quais foram homologadas três colaborações premiadas, com receptividade dos pleitos ministeriais por oito juízes diferentes, tanto na Justiça Federal quanto na Estadual, inclusive em



Associação do Ministério Público do Estado da Bahia

segundo grau e no Superior Tribunal de Justiça -STJ, com preservação do sigilo e integridade dos investigados.

O arremesso de diretivas vagas nas diversas fases da operação e acusações de pretensos abusos contra os membros do Ministério Público no período sequer foram confirmados ou acatados por qualquer instância do Poder Judiciário, a demonstrar que tem sido devidamente observado o princípio do contraditório e todos os direitos próprios à defesa dos envolvidos.

Certamente a Operação ADSUMUS, diante da exitosa defesa do erário, será referencial para outras ações que visem impedir a impunidade no trato com o desvio de recursos públicos, tão ou mais lesivo que os crimes violentos, por atingir, de uma só vez, milhares de pessoas e privá-las de serviços essenciais.

A AMPEB reafirma seu apoio aos Promotores de Justiça que atuam contra criminalidade e na defesa do patrimônio público, empenhados em cumprir seu dever constitucional de atuar no combate à corrupção e repudia ataques pessoais a quaisquer Membros Ministeriais, cabendo aos que discordem dos entendimentos destes buscarem os recursos processuais para tanto.

Salvador, 20 de dezembro de 2017.

JANINA SCHUENCK BRANDES SACRAMENTO

Presidente da AMPEB